



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Faculdade de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 3D - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: 3239-4226 - www.fadir.ufu.br



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Direito Internacional Privado						
Unidade Ofertante:	FADIR						
Código:	GDR044	Período/Série:	9	Turma:	J		
Carga Horária:				Natureza:			
Teórica:	60	Prática:	0	Total:	60	Obrigatória()	Optativa()
Professor(A):	João Hagenbeck Parizzi				Ano/Semestre:	2026.2	
Observações:	joao.parizzi@ufu.br						

2. EMENTA

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
2. HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
3. PARTE GERAL: A APLICAÇÃO DA LEI BRASILEIRA
4. PARTE ESPECIAL: O SISTEMA BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
5. A COMPETÊNCIA GERAL NO ÂMBITO DO D. INT. PRIVADO
6. A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E A CARTA ROGATÓRIA
7. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO / MERCOSUL

3. JUSTIFICATIVA

A disciplina de Direito Internacional Privado complementa conhecimentos desenvolvidos em diferentes áreas da formação jurídica, especialmente nos campos do direito privado, do direito público, do processo e dos direitos humanos, permitindo ao discente compreender e solucionar situações jurídicas que apresentam elementos de conexão com mais de uma ordem jurídica.

A crescente circulação de pessoas, bens, serviços, relações familiares, atividades econômicas e jurídicas para além das fronteiras estatais torna necessária a compreensão dos mecanismos de determinação da jurisdição competente, da lei aplicável e das condições de reconhecimento e aplicação de decisões e normas estrangeiras.

Nesse contexto, a disciplina busca articular a formação teórica com a análise de problemas jurídicos concretos, mediante o estudo de casos, decisões judiciais e situações hipotéticas, estimulando a capacidade de identificar os elementos transnacionais relevantes, selecionar as normas aplicáveis e fundamentar juridicamente as soluções propostas.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de analisar questões relacionadas à aplicação da lei no espaço decorrentes de fatos sujeitos a diversas jurisdições, identificando os elementos de conexão relevantes e os mecanismos jurídicos aplicáveis à solução de conflitos transnacionais

Objetivos Específicos:

- Conhecer os princípios fundamentais do Direito Internacional Privado, suas fontes, características e objeto.
- Identificar as origens e a evolução histórica do Direito Internacional Privado e compreender a influência das diferentes escolas e correntes doutrinárias sobre sua configuração contemporânea.
- Compreender as regras de determinação da jurisdição internacional e os critérios utilizados para estabelecer a competência da jurisdição brasileira.
- Identificar e aplicar os elementos de conexão e as regras de conflito de leis, compreendendo os problemas relacionados à qualificação e ao reenvio.
- Compreender as condições e os limites para aplicação do direito estrangeiro no Brasil, inclusive quanto à prova, interpretação, ordem pública, fraude à lei e controle de constitucionalidade e convencionalidade.
- Analisar criticamente decisões judiciais e casos concretos relacionados a conflitos transnacionais, desenvolvendo capacidade de argumentação e fundamentação jurídica.
- Compreender as relações entre nacionalidade, soberania, migração, mobilidade humana e proteção dos direitos humanos em situações de caráter transnacional.

5. PROGRAMA

I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS E HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- Conceito, objeto e características do Direito Internacional Privado.
- O Direito Internacional Privado e sua relação com outros ramos do Direito.
- O fato interjurisdicional.
- Origens históricas do Direito Internacional Privado.
- *Jus gentium* e os antecedentes históricos.
- Personalidade das leis e territorialidade.
- Escolas estatutárias.
- Savigny e a construção moderna do Direito Internacional Privado.
- Mancini e a nacionalidade.
- Código de Bustamante.
- Desenvolvimento contemporâneo do Direito Internacional Privado.

II – FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- Fontes nacionais e internacionais.
- Legislação interna.
- Tratados internacionais.
- Jurisprudência e doutrina.
- Fontes e normas de Direito Internacional Privado brasileiro.

- Relação entre fontes internas e internacionais.

III – JURISDIÇÃO INTERNACIONAL

- Conceito e fundamentos da jurisdição internacional.
- Jurisdição brasileira.
- Jurisdição concorrente.
- Jurisdição exclusiva.
- Princípio da proximidade.
- *Forum non conveniens*.
- *Forum shopping*.
- Limites da jurisdição estatal.
- Imunidade de jurisdição.
- Cláusula de eleição de foro: requisitos, validade e exceções.
- Modificação e conflitos de jurisdição.
- Litispendência internacional.

IV – CONFLITO DE LEIS E APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO

- Conflito de leis.
- Elementos e regras de conexão.
- Qualificação.
- Teoria das qualificações.
- Reenvio ou devolução.
- Aplicação do direito estrangeiro.
- Prova e interpretação do direito estrangeiro.
- Ônus da prova.
- Limites à aplicação do direito estrangeiro.
- Ordem pública.
- Fraude à lei.
- Controle de constitucionalidade e convencionalidade.

V – NACIONALIDADE, SOBERANIA E VÍNCULOS TRANSNACIONAIS

- Nacionalidade originária e derivada.
- Aquisição e perda da nacionalidade.
- Nacionalidade e soberania.
- Plurinacionalidade e vínculos transnacionais.
- Situações jurídicas envolvendo múltiplos vínculos nacionais.
- Mobilidade humana e Direito Internacional Privado.

VI – MIGRAÇÃO, SOBERANIA E DIREITOS HUMANOS

- Migração e soberania estatal.
- Direitos e deveres dos migrantes.
- Proteção jurídica de pessoas em situação migratória.

- Relação entre nacionalidade, migração e direitos humanos.
- Jurisprudência brasileira sobre migração e expulsão.
- Análise do RE 608.898 e do Tema 373 do STF.
-

Data	Conteúdo/Atividade	C/H
04/09	Discussão do Contrato Pedagógico; apresentação do Plano de Ensino; objeto do Direito Internacional Privado	4 h/a
11/09	História do Direito Internacional Privado: <i>jus gentium</i> , personalidade das leis, territorialidade, escolas estatutárias, Savigny, Mancini e Código de Bustamante. Caso 1: O comerciante de Bolonha em Módena. Caso 2: A sucessão do inglês com bens na Itália	4 h/a
18/09	Jornada Jurídica	4 h/a
25/09	Fontes do Direito Internacional Privado. Caso 1: Trabalhista contra Autarquia no Paraguai. Caso 2: Cantuária Guimarães	4 h/a
02/10	Quem pode/deve ou não julgar? Caso 1: <i>Chevron v. Donziger</i> . Caso 2: Caso da Ilha Tobago	4 h/a
09/10	Não haverá aula	4 h/a
16/10	Quando a jurisdição brasileira pode/deve julgar: jurisdição concorrente, <i>forum non conveniens</i> , <i>forum shopping</i> e princípio da proximidade. Caso 1: Pai turco e filho brasileiro. Caso 2: GOL 1907. Outros casos: <i>Barcelona Traction</i> , Congo v. Bélgica e Bélgica v. Senegal	4 h/a
23/10	Avaliação objetiva – sem consulta	4 h/a
30/10	Limitação da jurisdição pela cláusula de eleição de foro: requisitos e exceções. Caso 1: CC 206.933/SP – STJ, 2025. Caso 2: REsp 2.210.341/CE – STJ, 2025	4 h/a
06/11	Conflito de leis, objeto, elementos de conexão, qualificação e reenvio. Caso 1: Caso da Viúva Maltesa. Caso 2: <i>Forgo</i>	4 h/a
13/11	Aplicação do direito estrangeiro: conceito, ônus da prova, interpretação e limites. Ordem pública, fraude à lei, controle de constitucionalidade e convencionalidade. Caso 1: Dívida de jogo. Caso 2: Argentino	4 h/a
27/11	Nacionalidade, soberania e vínculos transnacionais. Caso 1: RE 1.163.774/MG. Caso 2: Claudia Hoerig	4 h/a
04/12	Migração, soberania e direitos humanos. Caso: RE 608.898 – Tema 373 do STF	4 h/a
11/12	Avaliação subjetiva – com consulta à legislação "seca"	4 h/a
18/12	Feedback e avaliação recuperativa	4 h/a
Total		60 h/a

6. METODOLOGIA

As aulas serão ministradas presencialmente, combinando exposição dialogada dos conteúdos, discussão coletiva e metodologias ativas de aprendizagem.

A apresentação dos conteúdos teóricos será articulada à análise de casos concretos, decisões judiciais e situações hipotéticas, buscando relacionar os conceitos e institutos do Direito Internacional Privado aos problemas jurídicos efetivamente enfrentados na prática.

Serão utilizados, conforme a natureza de cada tema, estudos de caso, resolução de problemas, discussão de decisões judiciais, debates, análise de textos e documentos jurídicos, perguntas-problema e atividades de argumentação jurídica.

Os casos serão utilizados como instrumento de desenvolvimento da capacidade de identificação dos elementos transnacionais relevantes, determinação da jurisdição competente, identificação da lei aplicável e construção de soluções juridicamente fundamentadas.

Os materiais de apoio, incluindo textos, decisões judiciais, documentos e outros materiais relacionados aos casos, serão disponibilizados previamente aos estudantes, preferencialmente com antecedência mínima de três dias úteis, conforme estabelecido no contrato pedagógico.

Ao longo do semestre, será estimulada a participação dos estudantes nas discussões, especialmente na análise dos casos e na apresentação de argumentos jurídicos distintos. A divergência de posições será considerada parte do processo de aprendizagem, desde que apresentada de maneira respeitosa e fundamentada.

Os estudantes terão acesso aos materiais e comunicações da disciplina por meio da plataforma Microsoft Teams e do e-mail institucional do docente.

A utilização de ferramentas de inteligência artificial observará as regras específicas estabelecidas para cada atividade e não afastará a responsabilidade do estudante pela autoria, fundamentação, correção e adequada utilização das fontes.

7. AVALIAÇÃO

1. Avaliação objetiva – 23/10

Valor: até 40 pontos

Avaliação individual, sem consulta, contemplando os conteúdos desenvolvidos nas aulas anteriores, especialmente os conceitos fundamentais, história, fontes e jurisdição internacional.

2. Avaliação subjetiva – 11/12

Valor: até 40 pontos

Avaliação individual, com questões discursivas, permitindo consulta à legislação "seca", destinada a verificar a capacidade de análise, aplicação dos conceitos e fundamentação jurídica diante de problemas relacionados aos conteúdos desenvolvidos no semestre.

3. Participação nas discussões dos casos

Valor: até 10 pontos

A participação será aferida ao longo do semestre mediante envolvimento nas discussões, análise dos casos, formulação de argumentos, respostas às questões propostas e contribuição para o debate acadêmico.

4. Frequência

Valor: até 10 pontos

A pontuação relativa à frequência observará:

Frequência	Pontuação
Até 4 faltas	10 pontos
Até 8 faltas	8 pontos
Até 12 faltas	4 pontos
Até 16 faltas	2 pontos

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

ARAUJO, Nadia de. **Direito internacional privado**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

DAL RI JÚNIOR, Arno. **História do direito internacional: comércio e moeda, cidadania e nacionalidade**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. **Direito internacional privado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2015.

Complementar

CASTRO, Amílcar de. **Direito internacional privado**. 6. ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais, globais**. 2. ed. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2003.

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado: parte geral e processo internacional**. 12. ed. rev., atual. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PIMENTEL, Luiz Otávio; ESPLUGES MOTA, Carlos; BARRAL, Welber (org.). **Direito internacional privado: União Europeia e Mercosul**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

ROCHA, João Carlos et al. (org.). **Direitos humanos: desafios humanitários contemporâneos: 10 anos do Estatuto dos Refugiados (Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997)**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

RODAS, João Grandino. **Direito internacional privado brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **João Hagenbeck Parizzi**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/09/2026, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7754557** e o código CRC **831562BC**.

Referência: Processo nº 23117.058749/2026-81

SEI nº 7754557